

CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação
para um conceito comum

Aline Ferreira Antunes
(ORGANIZADORA)

Atena
Editora
Ano 2021

CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação
para um conceito comum

Aline Ferreira Antunes
(ORGANIZADORA)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

istock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências humanas: uma nova interpretação para um conceito comum

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: uma nova interpretação para um conceito comum / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-257-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.576210807>

1. Ciências humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra da Atena Editora feita com vistas a temas transversais e interdisciplinares. Cada capítulo é uma contribuição diferente à ciência brasileira e sul americana, contando com trabalhos inclusive sobre a Amazônia Boliviana e o Peru.

Além disto, ensino, matemática, história, filosofia e direito também estão presentes nesta obra, seja apresentando projetos desenvolvidos, ou reafirmando a importância dos já em curso no Brasil, como o PIBID.

Encontramos também um artigo que pensa o ensino virtual e sua complexidade, diante de uma pandemia que nos força a modificarmos e repensarmos nossa vida pessoal e profissional, sobretudo no campo da educação, o que demonstra, além da importância da divulgação de tais pesquisas, a própria problematização do tema.

Capítulos dedicados à exploração da temática memória e identidade, cidade e urbanização, subjetividade, dentre outros, estão aqui presentes, bem como sobre tensões identitárias, e temas que são cada vez mais urgentes como as subjetividades negras e a necessidade urgente de igualdade de gênero.

Esta obra em específico apresenta dois artigos que discutem a medicina alternativa do Reiki e outro que problematiza o uso medicinal da *Cannabis sativa*. Isto é, todos os temas aqui presentes são atuais, altamente articulados com as discussões científicas nacional e internacionalmente.

É neste amplo *hall* de assuntos que convidamos vocês a prestigiarem cada capítulo e suas discussões teórico-metodológicas. Esperamos que tais trabalhos possam inspirar mais e mais publicações como um ato de resistência ao sucateamento e ataque às pesquisas científicas, às universidades e à educação de maneira geral.

Boa leitura!

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

O ENSINO VIRTUAL E SUA COMPLEXIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Maria Geni Pereira Bilio

Leyze Grecco

Ana Mary Bilio Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108071>

CAPÍTULO 2..... 10

PROJETO CARIÑO: CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA MARCA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO EMOCIONAL

Letícia Cabral da Silveira Sanches


Nicole Curtinovi Martins

Anerose Perini

Carmen Maria de Quadros Galvão

Luiza Trapp da Silva

Luciana Flores

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108072>


CAPÍTULO 3..... 23

MAPEAMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ALTO/MÉDIO JEQUITINHONHA-MG

Aderval Costa Filho

César Augusto Fernandes Silva


Edivaldo Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108073>

CAPÍTULO 4..... 40

OBSCURECIDOS: A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS NEGROS E INDÍGENAS, AS IDENTIDADES CULTURAIS BRASILEIRAS E O ENSINO DE HISTÓRIA


Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108074>

CAPÍTULO 5..... 51

EFEITO AUTORREFLEXIVO DAS OBRAS CINEMATOGRAFICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO


Ronaldo Blecha Veiga








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108075>

CAPÍTULO 6..... 64


A VIDA VIRTUOSA COMO CONDIÇÃO PARA A FELICIDADE SEGUNDOARISTÓTELES

Brucily Vieira de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108076>

CAPÍTULO 7	72
A DIALÉTICA DO PROGRESSO EM ADORNO	
Lívia Santos Brisolla	
Luís César de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108077	
CAPÍTULO 8	82
TENSÕES IDENTITÁRIAS: INSTRUMENTO TERMINOLÓGICO E QUESTÃO RACIAL	
Miriam Gontijo de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108078	
CAPÍTULO 9	95
NEGRAS E NEGROS NAS MARCAS DISCURSIVAS DE CANTIGA DE CAPOEIRA	
Lúcia Jacinta da Silva Backes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108079	
CAPÍTULO 10	102
NEGRAS, NEGROS, SUBJETIVIDADES EM MOVIMENTO	
Maria das Graças Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080710	
CAPÍTULO 11	116
DA PROTEÇÃO DA MULHER NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E A IGUALDADE DE GÊNERO FRENTE AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA	
Fernanda Xavier de Souza	
Márcia Schlemper Wernke	
Camila Stefanos Oselame	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080711	
CAPÍTULO 12	130
A DEMOCRATIZAÇÃO DOS SIGNOS PARA LEITURA MUNDO E SUJEITO SOCIAL	
Marcilma Rossilene de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080712	
CAPÍTULO 13	141
MEMÓRIAS DE APRISIONAMENTO: DISCUTINDO O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL À LUZ DE UMA INSTITUIÇÃO PSQUIÁTRICO-PENAL	
Randiza Santis Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080713	
CAPÍTULO 14	149
DIREITO À CIDADE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E URBANIZAÇÃO: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UM DEBATE NECESSÁRIO	
Thalita Alves Silva Ribeiro	
Priscylla de Freitas Cavalcante	


Jorge Vinícios Silva Gondim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080714>

CAPÍTULO 15..... 163

O PAC NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR: O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO JARDIM MARAMBAIA

Flávia Iankowski Claro Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080715>

CAPÍTULO 16..... 180

ANÁLISE DO DESEMPENHO EDUCACIONAL SOB ASPECTOS FAMILIARES UTILIZANDO DADOS DO SARESP

Bruna Christina Battissacco

Camila Fernanda Bassetto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080716>


CAPÍTULO 17..... 193

A GASTRONOMIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA INOVADORA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Ana Carolina Leite Gomes

Marlon Martins Moreira

Richarlisson Henrique Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080717>

CAPÍTULO 18..... 203

A TRANSVERSALIDADE COMO MÉTODO PARA ABORDAGEM DE ASSUNTOS ATUAIS: *Aedes aegypti*


Lívia Paschoal Tancler

Amanda Thaís Godoy

Camila Maria Munhoz Felipe

Lílian Sauer Albertini

Valdir Gonzalez Paixão Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080718>

CAPÍTULO 19..... 207

FUNCIONAMENTO DO REIKI E DO CAMPO ENERGÉTICO HUMANO: UM DIÁLOGO ENTRE WILHELM REICH, KI E FÍSICA QUÂNTICA

Victor Pfister Lacerda Moreira

Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080719>

CAPÍTULO 20..... 224

LEGALIZAÇÃO DO USO MEDICINAL DA *CANNABIS SATIVA*: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE HUMANA

Caroline Leite de Camargo

Celany Queiroz Andrade


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080720>

CAPÍTULO 21.....239

SERINGAIS NATIVOS DO RIO MAMU: PAISAGEM CULTURAL E IDENTIDADE NA FLORESTA PANDINA BOLIVIANA

Francisco Marquelino Santana


Josué da Costa Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080721>

CAPÍTULO 22.....247

A PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DO PERU

Tainá Dutra de Assumpção


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080722>

CAPÍTULO 23.....256

OS REFLEXOS DA VIDA E OBRA DE DARWIN CONTEXTUALIZADOS EM UMA TERTÚLIA DIALÓGICA

Sheila Pires dos Santos

Shirley Pires de Souza dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080723>

SOBRE A ORGANIZADORA.....266

ÍNDICE REMISSIVO.....267

CAPÍTULO 14

DIREITO À CIDADE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E URBANIZAÇÃO: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UM DEBATE NECESSÁRIO

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 09/06/2021

Thalita Alves Silva Ribeiro

Universidade Federal de Pernambuco
Recife/PE
<http://lattes.cnpq.br/6029914063948964>

Priscylla de Freitas Cavalcante

Universidade Federal de Pernambuco
Recife/PE
<http://lattes.cnpq.br/6501651223227758>

Jorge Vinícios Silva Gondim

Universidade Federal de Pernambuco
Recife/PE
<http://lattes.cnpq.br/1349052980710724>

Este capítulo é resultado de artigo originalmente publicado no III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (III URBFAVELAS), promovido pela Universidade Católica de Salvador, em 2018. Informações foram atualizadas e agregadas à discussão, adensando as reflexões propostas.

RESUMO: O texto objetiva compreender a produção capitalista do espaço urbano e sua relação com o direito à cidade e a participação popular, através de uma revisão bibliográfica. Para atingir este objetivo partiremos da perspectiva marxista que compreende o trabalho como a categoria fundante do ser social. Abordaremos as noções de direitos humanos e sua relação com o direito à cidade. Apontaremos as diferentes

fases das políticas públicas e a importância do controle social a partir dos Conselhos e Conferências. Para além, é apresentado um panorama das cidades inseridas no modo de produção capitalista e como o espaço urbano tem se configurado como campo para as lutas de classes e conflitos sociais. Para a superação desta realidade de segregação social, onde os direitos de acumulação são postos acima dos demais direitos, defendemos a participação popular como mecanismo de consolidação da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à cidade; Participação Popular; Urbanização; Políticas Públicas.

RIGHT TO THE CITY, POPULAR PARTICIPATION AND URBANIZATION: INTRODUCTORY NOTES FOR A NECESSARY DEBATE

ABSTRACT: The text aims to understand the capitalist production of urban space and its relationship with the right to the city and popular participation, through a literature review. To achieve this goal, we will start from the Marxist perspective that understands work as the founding category of social being. We will address the notions of human rights and their relationship with the right to the city. We will point out the different phases of public policies and the importance of social control based on Councils and Conferences. In addition, an overview of cities inserted in the capitalist mode of production is presented and how the urban space has been configured as a field for class struggles and social conflicts. To overcome this reality of social

segregation, where accumulation rights are placed above other rights, we defend popular participation as a mechanism for consolidating democracy.

KEYWORDS: Right to the city; Popular participation; Urbanization; Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

A fim de entendermos as cidades inseridas no modo capitalista de produção, partiremos da concepção marxista de compreensão da realidade. A partir dessa perspectiva é possível perceber o trabalho como a categoria fundante do ser social e as suas formas de produção e reprodução no espaço, em uma sociedade de classes, como forma de objetivação de sua construção teleológica.

Dessa forma, elaborar estudos que problematizem questões como urbanização, direito à cidade e participação popular não é tarefa fácil, exige uma revisão crítica de situações aparentes, demandando um descortinamento das aparências no real, pois a busca da essência dos fenômenos sociais exige a compreensão de que o mundo configura-se como um conjunto de processo não acabados (NETTO, 2011).

Neste texto abordaremos questões relacionadas ao espaço, à propriedade privada, ao direito à cidade e sua relação com a construção das políticas públicas e mecanismos de participação popular. Sobre estes últimos, apresentaremos os conceitos relacionados ao controle social a partir da participação popular, dos Conselhos e Conferências.

Como dimensão metodológica, optamos por uma reflexão teórica por compreendermos que esta construção conceitual é de fundamental importância para analisarmos e contextualizarmos os conflitos postos para a urbanização de assentamentos precários e que tenham como norte de ação a superação de limitações postas no cotidiano.

Mantendo uma cronologia teórica e histórica, o texto está dividido em três partes, além de introdução e considerações finais. A divisão textual possibilitou a melhor apreensão dos fenômenos abordados, direcionando os nossos olhares para outras dimensões da realidade.

2 | A CATEGORIA TRABALHO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Para apreender a produção do espaço na atualidade é mister destacar a categoria trabalho, sua divisão social e seus rebatimentos na formação das cidades. Com a finalidade de atingir este objetivo, partiremos, inicialmente, das concepções apresentadas por Marx e Engels (2009) quando argumentam que a premissa essencial da história da humanidade é a existência de seres humanos vivos, históricos e produtores dos seus meios de vida e da base material da sociedade.

A forma como os homens produzem seus meios de subsistência depende diretamente da relação de transformação da natureza, ou seja, o trabalho pode ser entendido como a

forma de apropriação humana da natureza, de forma consciente, a fim de modificá-la para atender suas necessidades.

Lessa e Tonet (2011) argumentam que o trabalho desenvolvido pelos homens pode ser diferenciado das ações realizadas pelos animais na medida em que a ação humana e os resultados esperados desta ação são projetados idealmente antes de serem construídos na prática. Os seres humanos detêm a capacidade de idear, de construir objetiva ou materialmente, diferentemente dos animais.

Mas, cabe aqui destacar que para Marx e Engels (2009), é possível distinguir os homens dos animais através de diferentes aspectos, tais como: religião, consciência ou linguagem. Contudo, essa distinção só passa a existir quando os homens começam a produzir seus meios de vida e as bases materiais da sociedade, ou seja, a partir do trabalho.

A divisão do trabalho está diretamente relacionada à propriedade privada e implica na distribuição desigual do trabalho e do espaço. Esta divisão pode ser caracterizada como a cisão entre os interesses individuais e os interesses coletivos. Portanto, na perspectiva marxista, as atividades humanas passam a ser impostas socialmente, ou seja, cada indivíduo possui uma atividade que o domina e toda sua produção é regulada. Essa regulação pode ser observada também no uso desigual do espaço.

Dentre as formas de propriedade apresentadas por Marx e Engels (2009), a primeira é a propriedade tribal. Neste tipo de sociedade a divisão do trabalho ainda era pouco desenvolvida e estava relacionada ao contexto familiar. Nesta fase, o povo se alimentava da caça, da pesca, da criação de gado ou, ainda, da agricultura. Neste último caso, pressupunha a existência de grandes terrenos não cultivados.

A segunda forma de propriedade é a propriedade comunal e estatal antiga. Nesta fase, a divisão social do trabalho está mais desenvolvida e já é possível perceber a oposição entre campo e cidade. Essa oposição, posteriormente, desenvolveu a oposição entre os Estados que representam os interesses urbanos e os Estados que representavam os interesses do campo, ou ainda, a oposição entre a indústria e o comércio marítimo. “A relação de classes entre cidadãos e escravos está completamente formada” (MARX; ENGELS, 2009. p. 27).

A terceira forma de propriedade é a propriedade feudal. Historicamente, “[...] a estrutura de propriedade feudal da propriedade fundiária correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios” (MARX; ENGELS, 2009. p. 27). Por isso, neste caso, a propriedade era constituída, principalmente, pelo trabalho individual.

Posteriormente, com a emergência da sociedade capitalista surge uma nova forma de exploração: a exploração do homem pelo homem, através do capital. Neste caso, o trabalhador vende sua força de trabalho, em forma de mercadoria, por um salário que agrega valor inferior ao da mercadoria produzida por este.

O que caracteriza este modo de produção é a venda do trabalho humano, reduzido a simples mercadoria e descolado das necessidades humanas, bem como a redução do

interesse da coletividade em detrimento do enriquecimento da classe burguesa (LESSA; TONET, 2011).

Sobre a mercadoria no modo de produção capitalista, para Marx (2013) a riqueza desse sistema econômico está fundamentada na acumulação de mercadorias. Estas mercadorias podem ser caracterizadas como um objeto exterior que tem em suas propriedades relacionadas à satisfação das necessidades humanas. Deste modo, a utilidade dada a estas mercadorias as transformam em valor-de-uso realizada através do seu consumo ou uso. Já o valor de troca pode ser caracterizado como inerente à mercadoria e que surge, antes de tudo, como uma relação quantitativa entre valores-de-uso de diferentes espécies.

Diante deste contexto, pelo processo do trabalho, entendido aqui como ação reprodutora da vida humana, podemos perceber o espaço urbano e suas determinações como expressões da divisão social e técnica do trabalho.

Sobre isso, concordamos com Carlos (2007 p.28) quando alude que “[...]ao produzir sua existência os homens produzem não só sua história, conhecimento, [...] processo de humanização, mas também o espaço”.

Carlos (2007) argumenta, ainda, que a cidade capitalista é produto do processo de trabalho humano e de sua divisão sócio-técnica. Destarte, a cidade é um modo de vida contraditório que produz e reproduz ideias, comportamentos, formas de lazer, conhecimento, formas de pensar, consumir, etc. Essa materialização histórica é normatizada por ideologias que determinam o modo de vida urbano das cidades.

Destacamos que no modo de produção capitalista a cidade aparece como bem privado e uma mercadoria que apresenta valor-de-uso e valor-de-troca. Santos Junior (2017) assegura que essa perspectiva nos permite observar a cidade como uma arena em que diferentes agentes estão em conflito pela legitimação dos seus interesses, sua existência e permanência na cidade, acumulação de riqueza, ganhos simbólicos relativos ao status de morar, entre outros interesses.

Com o desenvolvimento das forças produtivas no cerne da sociedade é possível perceber modificações claras no urbano e na cidade. A cidade se apresenta como um espaço de trabalho materializado, instrumento de criação de mais-valia e o cenário da luta de classes.

Corroborando com esta perspectiva, Gonçalves, Simão e Paiva (2017) evidenciam que os conflitos expressam a participação da população através de reivindicações que perpassam as questões relacionadas aos diferentes direitos, inclusive o direito à cidade. Cabe aqui destacar a participação da sociedade civil, das ONGs e dos movimentos sociais.

Neste cenário, os conflitos urbanos são provenientes da produção do espaço urbano e das contradições existentes na cidade. A cidade é, então, o palco da luta de classes. É na cidade que os conflitos e tensões urbanas se manifestam, onde as classes populares e os movimentos sociais reivindicam e lutam por melhorias nas condições de sua reprodução

cotidiana nestes espaços.

3 I DIREITOS HUMANOS E DIREITO À CIDADE

A conquista dos direitos humanos está atrelada às lutas e conflitos sociais que ocorreram ao longo da história. Assim, o conceito de direitos humanos tem sua centralidade relacionada à proteção da dignidade da vida humana e está baseado em um sistema de valores universais garantidos através de normas e padrões internacionalmente aceitos.

Mello (2003, p. 51) assinala que a “[...] ideia de direitos humanos é o resultado do pensamento filosófico dos tempos modernos, com fundamento na filosofia do racionalismo e do iluminismo, no liberalismo e democracia, e também no socialismo”.

Os direitos humanos são considerados indivisíveis e interdependentes, ou seja, é possível distinguir diferentes categorias ou dimensões dos direitos humanos, tais como: direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais (MELLO, 2003).

O direito à cidade, categoria de análise desta investigação teórica, não está incluído no rol de direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Historicamente, “[...] o mundo era predominantemente rural, e ainda não havia uma preocupação com o crescimento das áreas urbanas e, por conseguinte o direito à cidade não foi abrangido como um direito humano à época” (SCHONARDIE, LUTZER, BERTON, 2013, p. 379-380).

Hoje, em um cenário de forte urbanização e crescimento das cidades,

Mais da metade da população mundial mora em áreas urbanas, ou seja, aproximadamente 3,3 bilhões de pessoas, cifras que para o ano de 2030 já serão de 5 bilhões. [...] Para 2050, espera-se que a taxa de urbanização do mundo seja de 65%. As cidades serão responsáveis por praticamente todo o crescimento da população, que ficará concentrada nos países periféricos (95%) (SANTOS JÚNIOR; MULLER, 2010. p.8).

Assim, o Direito à Cidade surge para o enfrentamento das desigualdades sociais no ambiente urbano, que é produzido e reproduzido de forma extremamente contraditória. Estas contradições podem ser identificadas no processo de acumulação urbana; na dualidade entre cidade legal e cidade ilegal; na segregação socioespacial; na mercantilização da cidade, do solo urbano e na valorização imobiliária; na apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, transportes públicos, equipamentos urbanos e serviços públicos (SANTOS JÚNIOR; MULLER, 2010).

Existem três princípios que guiam o conjunto de direitos incluídos no Direito à Cidade e estão presentes na Carta pelo Direito à Cidade: o Exercício pleno da cidadania; Gestão democrática da cidade; Função social da cidade e da propriedade urbana (SANTOS JÚNIOR; MULLER, 2010).

O princípio do Exercício Pleno da Cidadania está relacionado à realização plena de todos os direitos humanos e liberdades individuais e coletivas de todos os habitantes da cidade em condições de igualdade e justiça, bem como o respeito à produção social do

hábitat.

Tendo em vista que a cidade é uma construção coletiva, o princípio da Gestão Democrática da Cidade garante a participação e controle social dos diferentes atores, privilegiando a autonomia das administrações locais e das organizações populares, através de formas diretas e representativas no planejamento e governo das cidades.

O princípio da Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana assegura o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano na medida em que todos e todas têm o direito ao espaço e a propriedade urbana dentro de parâmetros democráticos, de justiça social e de condições ambientais sustentáveis.

Para Harvey (2012), a questão relacionada ao tipo de cidades que queremos não pode ser desassociada do estilo de vida que levamos, das tecnologias e valores estéticos, da nossa relação com a natureza e dos laços sociais estabelecidos.

Neste sentido, o direito à cidade surge como um direito coletivo de acesso aos recursos urbanos e de transformação das cidades. Harvey (2012, p.74) assegura que “[...] antes de individual esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização”.

Ainda de acordo com Harvey (2014, p.28) o direito à cidade é muito mais que um direito de acesso de indivíduos ou grupos aos recursos incorporados pela cidade “É um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos.”.

Já para Lefebvre (2008, p. 117), o direito à cidade não deve ser resumido ao direito de visita ou de retorno às cidades. Esse direito deve ser formulado como o direito à vida urbana. Para o autor, “[...] “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre em suas bases morfológicas, sua realização prático-sensível”.

Garantir o direito à cidade pressupõe a superação do atual processo de urbanização e formação das cidades, bem como a existência de uma política urbana que vislumbre a não perpetuação dos privilégios, da desigualdade e da acumulação urbana.

Dentre as diferentes contradições expressas no planejamento urbano das cidades, destacamos o que Rolnik (2002) caracteriza como urbanismo de risco. Esse tipo de urbanismo tem gerado efeitos devastadores nas cidades. Ao concentrar todas as oportunidades em uma pequena parte fragmentada da cidade ao mesmo tempo em que exclui a população mais pobre, possibilitando apenas a ocupação de periferias precárias e distantes, as cidades estão submetidas ao caos no sistema de circulação.

Outro aspecto resultante deste urbanismo é a ocupação para fins de moradia de áreas vulneráveis. Esse processo tem gerado enchentes e erosão. Porém, “[...] é evidente que quem vai sofrer é o habitante desses locais, mas as enchentes e a contaminação dos mananciais, os processos erosivos mais dramáticos atingem a cidade como um todo” (ROLNIK. R. 2002, p.55).

Assim, nas cidades capitalistas construídas pelo urbanismo de risco, as populações mais vulneráveis e de baixa renda só têm a possibilidade de ocupar áreas periféricas da cidade sem infraestrutura ou em ocupações de áreas que não poderiam ser urbanizadas.

Podemos assinalar, ainda, que a desigualdade social é um processo inerente ao sistema capitalista e está fundamentada numa leitura da sociedade de classes em que os diferentes segmentos possuem diferentes possibilidades e oportunidades, conforme a posição que ocupam e pelas relações sociais que se estabelecem. Essas relações podem ser evidenciadas no atual modelo de gestão das cidades e nos programas de urbanização de favelas.

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITO À CIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para compreendermos o processo de constituição dos Direitos Humanos, bem como do direito à cidade, é necessário incluirmos o debate acerca da construção histórica em que foram constituídas as políticas públicas.

Para pensarmos em políticas públicas e direitos sociais, no Brasil, temos como ponto de partida a Constituição Federal de 1988 que em seu Art. 6 define: “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

No que se refere a Constituição Federal de 1988, destacamos que a Carta Magna foi promulgada em um cenário de forte participação social e por isso, sob influência deste movimento, adotou o princípio da participação popular e de controle social na elaboração e na formulação das políticas públicas. Com isso, “[...] a capacidade conferida à sociedade organizada (movimentos sociais, organizações sindicais e profissionais, militância política etc.) de interagir com o Estado na definição de propriedades e na elaboração de políticas constitui uma forma democrática de controle social (VILELA, 2005. p.3).

É dever do Estado garantir ações que busquem a promoção de uma vida digna a todos, devendo assegurar também os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. De maneira geral, as Políticas Públicas são instrumentos ou um conjunto de intervenção dos Estados na sociedade com o objetivo de possibilitar resultados ou impedir outros. (ALVES VILELA; RODRIGUES, 2013)

As Políticas Públicas podem ter diferentes objetivos: urbanização; economia; educação; seguridade social: saúde, previdência; saneamento e assistência social. Envolvendo um conjunto articulado de etapas que abrangem o planejamento, a implementação e a avaliação, essas políticas podem ser universais ou focalizadas.

Barata e Teixeira (2009) afirmam que o planejamento é confundido com os planos, programas ou projetos, mas estes são apenas os meios pelos quais o planejamento se expressa. Enquanto o Plano é o documento mais geral que contém os estudos, análises

situacionais ou diagnósticos, o Programa é o documento que indica o conjunto de Projetos que irão permitir o alcance dos objetivos de uma determinada Política Pública. Por fim, o Projeto é o instrumento técnico-administrativo que irá permitir a execução de uma ação específica.

Em relação ao controle social, elemento garantido pela Constituição, busca a passagem da democracia representativa para a democracia participativa. Estão previstas duas instâncias de participação nas políticas: os Conselhos e as Conferências.

Os Conselhos devem ser vistos como espaços contraditórios e destinados à participação. “Os conselhos são espaços paritários em que a sociedade civil (50%) e os prestadores de serviços públicos, privados e filantrópicos discutem, elaboram e fiscalizam as políticas sociais das diversas áreas: saúde, educação, assistência social, criança e Adolescência, idoso entre outras” (BRAVO, 2012. p.03).

Os Conselhos se dão nos 03 níveis (nacional, estaduais e municipais) e estão baseados na perspectiva de participação social e na universalização dos direitos socialmente conquistados. Outro aspecto importante é que esse espaço, por ser composto por diferentes atores com diferentes interesses, são espaços contraditórios e orientados pela democracia participativa.

Já as Conferências, são eventos realizados periodicamente que buscam discutir as Políticas Sociais, além de propor diretrizes de ação para sua execução. “As deliberações das conferências devem ser entendidas enquanto norteadoras da implantação das políticas e, portanto, influenciar as discussões travadas nos diversos conselhos” (BRAVO, 2012. p.03).

No atual cenário de regressão de direitos, o debate a respeito das políticas públicas, no Brasil, tem privilegiado a focalização em detrimento à universalização, enfatizando a despolíticação e a tonificação dos interesses sociais (BRAVO, 2012).

O contexto em que estão postas as mudanças estruturais no Estado e na sociedade brasileira está relacionado às transformações ocorridas na dinâmica de acumulação capitalista. Leal (2015) aponta que esse cenário é caracterizado pela crise econômica e financeira em nível mundial que traz como consequência a reestruturação produtiva, o rearranjo no formato organizacional dos diversos atores econômicos e pela falência das políticas neoliberais.

Diante desse cenário, é possível notar que vivemos em uma sociedade em que os direitos de acumulação e de propriedade privada são postos em detrimento aos demais direitos. Esta configuração acaba por negar o direito à cidade àqueles que não são donos dos meios de produção capitalista (Harvey, 2012).

Dentre os diferentes aspectos relevantes sobre o planejamento urbano no Brasil destacamos a articulação dos atores econômicos e o Estado provocando a gestão compartilhada da cidade. Leal (2015 p.162) argumenta que essa articulação “[...] mantém padrões de governança de forma patrimonialista e clientelista, no formato corporativo

a associação entre as frações das elites e o Estado”. Esta ‘des’governança do Estado provoca uma baixa efetividade da gestão democrática e uma fragilização do planejamento urbano em detrimento à essa governança corporativa.

Para Leal (2003), atualmente, os paradigmas da “cidade democrática” e da “cidade mercadorista” perpassam o planejamento urbano das cidades brasileiras e tem se caracterizado como ponto de divergência política entre as correntes progressistas e neoliberais da sociedade. Enquanto os progressistas defendem a atuação do Estado com a interação e participação efetiva da sociedade a fim de democratizar a cidade para a promoção da equidade social, os neoliberais defendem a livre atuação do mercado em detrimento da ação Estatal. Neste caso, prevalece a ideia do empreendedorismo urbano como forma de criação de novas possibilidades de ação dos agentes econômicos e imobiliários.

Com o advento dos anos de 1990, Leal (2003) observa a existência de duas vertentes que incidem diretamente sobre a cidade: “o empreendedorismo local” e o “ativismo democrático”.

Enquanto o ativismo democrático é compreendido “[...] pela introdução de novos modelos de gestão compartilhada através dos quais canais de interlocução Estado/Sociedade são alargados” (LEAL, 2003. p.67). Por isso, a gestão democrática das cidades se dá por meio da cooperação, negociação e parceria estabelecida entre diferentes atores, tais como: setores populares, agentes econômicos e poder público local.

Já as tendências de empreendedorismo urbano “[...] apontam para mudanças no papel dos governos locais no tocante à economia e ao desenvolvimento local, introduzindo uma nova forma de “*governance*” que busca assegurar as vantagens comparativas das cidades num contexto de competitividade urbana” (LEAL, 2003. p.67).

Leal (2003) defende ainda que, no Brasil, essa tendência descentralizante foi marcada pelo processo de democratização do país, bem como pela necessidade do Estado em dar respostas à crise econômica e às pressões dos movimentos sociais urbanos.

Diante desse cenário, defendemos que pensar em direito à cidade é pensar, também, em direito à habitação. Aprovada em meandros de 2004, a Política Nacional de Habitação (PNH) (BRASIL, 2004) é regida por um conjunto princípios, dentre eles, destacamos três:

O terceiro princípio é da função social da propriedade urbana. Visando combater a especulação imobiliária e garantir acesso à terra urbanizada, este princípio tem como objetivos a reforma urbana, o melhor ordenamento da terra e o maior controle do uso do solo.

O quarto princípio prevê a questão habitacional como uma política de Estado. Fica claro, portanto, que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários.

O quinto princípio da PNH estabelece a gestão democrática com participação

dos diferentes segmentos da sociedade, garantindo a participação, o controle social e transparência nas decisões e procedimentos; além da articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais.

Tendo por base o princípio da PNH que afirma que a moradia digna é um direito e vetor de inclusão social que deve garantir um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais, entendemos que o acesso a este direito compreende também o acesso ao direito à cidade.

O direito à cidade nos moldes de hoje está limitado à uma pequena elite política e econômica que acaba por formatar a cidade ao seu próprio gosto (Harvey, 2012). Consideramos que o Estado tem o dever de estabelecer políticas de desenvolvimento que visem o aprimoramento do bem-estar de todos os indivíduos. Compreendemos, assim, a Política Nacional de Habitação como um mecanismo de busca da garantia do direito à cidade na medida em que vai ao encontro da desigualdade social nesses espaços.

Pensar em ações governamentais através das políticas públicas destinadas à urbanização de assentamentos precários e à cidade em sua totalidade, pressupõe não apenas a diminuição do déficit habitacional. Estas políticas devem garantir a participação popular e a solidariedade através da cogestão. Nos últimos anos, no Brasil, foram criados vários canais de gestão democrática das Políticas Públicas.

Nesse contexto, é importante destacar ainda que, “a disputa pela participação e das relações de poder estabelecidas entre sociedade civil e o Estado tem evidenciado e agravado desigualdades sociais, conflitos de classes e estruturas de dominação, manutenção e privilégios de um grupo sobre os outros, comprometendo assim, o direito à participação e suas práxis” (ARRETCHE, 1996, p. 03 apud MORAES, 2017. p.110).

Participar significa poder decidir, desta forma, a participação pode ser entendida como prática de cidadania e está relacionada à tomada de decisões políticas em parceria entre a sociedade civil, o Estado e diversos atores.

“Participar, no sentido essencial de exercer a autonomia, é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático”. (SOUZA, 2011, p.335 apud MORAES, 2017. p.110).

De La Mora (1997) evidencia que é possível avaliar a participação popular a partir dos seguintes critérios: forma, grau, tipo e nível de participação.

Quanto às formas de participação existem 04 modalidades, de acordo com de La Mora (1997): Imposta (onde as pessoas se sentem obrigadas a participar. Este é considerado o tipo mais fraco de participação); Induzida (esta forma diz respeito a motivação. Neste caso, um grupo pode ser levado ou conduzido a participar mediante uma força que pode comprometer suas escolhas); Espontânea (aqui já é possível perceber o reconhecimento da liberdade em querer participar ou não); e Conquistada (esta forma de participação desvela a garantia do reconhecimento dos direitos historicamente conquistados durante o

processo de negociação em que a participação está ocorrendo).

No que se refere aos Graus de participação, de La Mora (1997) evidencia a existência de 07 graus classificados em uma escala de 0 a 6: Ausente (aqui existe a recusa ou a não participação), Omite (neste caso, a participação pode ser resumida a presença física ou apenas a assinatura da ata de presença); Informa (aqui existe pouca contribuição, tendo em vista que este grau de participação se resume apenas a oferta de informações); Opina (neste caso existe o interesse em colaborar com o processo através da fala para emitir uma dada interpretação do assunto em pauta); Propõe (neste caso, a pessoa que participa demonstra iniciativa e aponta possíveis encaminhamentos); Exige (aqui é possível perceber o conhecimento do assunto abordado em suas normas legais, sociais, econômicas, culturais e políticas); e Decide (a colaboração no processo de tomada de decisão ocorre a partir da aceitação, através da negociação, de uma opinião, proposta ou exigência. Este é considerado o mais alto grau de participação).

Quanto aos Tipos de participação existem 03: Clientelista, Maniqueísta e Crítica. Na participação clientelista o representante do poder está buscando sua legitimidade junto à comunidade e ao governo a fim de se manter na liderança pelo prazer do exercício do poder e pelos benefícios econômicos ou políticos decorrentes desse poder. Esse tipo de participação se dá pela articulação sem crítica.

Já a participação Maniqueísta é oposta à participação Clientelista. Este tipo de participação pode ser caracterizado como Crítica sem articulação. Neste caso, os representantes do poder local negam qualquer possibilidade de contribuição qualificada ou legítima por parte de outros líderes ou moradores locais.

A participação Crítica ocorre quando “[...] os representantes do poder local e da comunidade reconhecem a sua identidade diferente, logo a articulação não pode derivar para a integração e a assimilação, com perda da identidade e autonomia, e cultivando a crítica, esta não é tida como hostilidade permanente nem universal” (DE LA MORA, 1997. p.5)

Por fim, existem 03 níveis de participação: o nível baixo (este nível nega uma discussão coletiva, onde um pequeno grupo decide e delibera em detrimento dos demais participantes do processo); o nível médio (neste caso a tomada de decisão contempla a participação de todos os atores, onde apenas algumas decisões intermediárias seriam postas em debate); e o nível alto (os atores envolvidos no processo participam da tomada de decisão de forma coletiva e democrática).

Pensar na efetivação de políticas públicas destinadas à urbanização requer diretamente a garantia da participação popular, através do exercício de um poder coletivo, bem como do direito à cidade. Estes devem ser direitos comuns a todas as pessoas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, na construção do texto em tela, apontamos que o capitalismo, sistema de exploração vigente, está baseado na expropriação da classe trabalhadora e de seus direitos fundamentais, tais como: direito à habitação, direito à cidade, direito à vida, alimentação e outros. A atuação do Estado, nesse contexto, através da implementação de algumas políticas públicas para a cidade, tem segregado cada vez mais os trabalhadores e promovido políticas de habitação para a ocupação de áreas que não apresentam valor de uso e por isso, não são lucrativas para o capital.

O aporte teórico e metodológico utilizado no referencial bibliográfico desta pesquisa evidencia que para a superação das limitações da realidade o caminho indicado para a leitura da cidade está centrado em um viés que compreende a teoria crítica dialética.

Compreendemos o direito à cidade, a participação popular e a urbanização como caminhos das diversas expressões das lutas sociais e como forma de resistência popular aos ditames do sistema capitalista que em tornado a cidade uma mera mercadoria, explorando, expropriando e criando necessidades secundárias que impactam diretamente na forma de reprodução social dos trabalhadores.

Por fim e diante dos conceitos teóricos apresentados nesta discussão sobre o direito à cidade, gestão compartilhada das cidades, políticas públicas e participação popular, nossas reflexões apontam para a necessidade da promoção de mecanismo de efetivação e garantia do direito à participação nas diferentes etapas das políticas públicas.

Resistir e fortalecer os movimentos sociais são os caminhos necessários para que possamos ocupar a cidade de forma consciente. Pois, somos trabalhadores expropriados diariamente de seus direitos. Devemos fortalecer assim, os meios de participação popular para que sejam efetivados todos os direitos presentes em nossa Constituição Cidadã.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. C.; VILELA, T. A. S.; RODRIGUES, E. P. A Responsabilidade do Estado Enquanto Provedor de Políticas Públicas e o Serviço Social: Aspectos Polêmicos. In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região. 2013. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. CFSS, 2013. p:1-15. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20RESPONSABILIDADE%20DO%20ESTADO%20ENQUANTO%20PROVEDOR%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20E%20O%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL.pdf> Acesso em 29.06.2018.

BARATA TEIXERA, J. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. p: 639-664. 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Coleção cadernos MCidades, vol. 04. Habitação, Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 08.12. 2017.

BRAVO, M. I. S. O Trabalho do Assistente Social nas Instâncias Públicas de Controle Democrático no Brasil. In: XX SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 2012. **Anais eletrônico**. p:1-10. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/K27R5ULO0r1Qq31quL42.pdf> Acesso em 29.06.2018.

CARLOS, A. F. A; **A Cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DE LA MORA, L. Aferição da qualidade da participação dos agentes envolvidos em mecanismos de gestão democrática do desenvolvimento local. Uma proposta metodológica. In: **VII Colóquio Sobre Poder Local. Grupo: Gestão do Desenvolvimento Local**. Universidade Federal Da Bahia, 1997.

GONÇALVES, R.G; SIMÃO, K.M.C; PAIVA, R.V.C. Sobre conflitos urbanos, territórios e poder: a disputa pela incerteza. In: XVII ENANPUR. Sessão temática 9: novos movimentos e estratégias de luta urbana e regional. São Paulo, 2017. **Anais eletrônico**. São Paulo, 2017. p. 1-15. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%209/ST%209.4/ST%209.4-03.pdf Acesso em 29.06.2018

HARVEY. D. O Direito à Cidade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p. 73-89. Jul./dez. 2012.

HARVEY. D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014. 294 p.

LEAL, S.M.R. **O Fetiche da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife**. Recife: Ed. do Autor, 2003. 351 p.

LEAL, S.M.R. A Veias Abertas do Planejamento Urbano e a Avalanche da Governança do Mercado. In: FERNANDES, A. C; LACERDA, N; PONTUAL, V (Orgs.) **Desenvolvimento, Planejamento e Governança: expressões do debate contemporâneo**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2015. Pp. 161-179.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Editora Centauro, 2008. 143 p.

LESSA, S; TONET. I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2a edição Editora Expressão Popular São Paulo, 2011. 128 p.

MARX. K; **O Capital: Livro 01**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. 1493 p.

MARX. K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. 126 p.

MELLO, S. V. **Introdução ao Sistema de Direitos Humanos: Dignidade Humana, Direitos Humanos, Educação para os Direitos Humanos e Segurança Humana: Nações Unidas para os Direitos Humanos**, 2003.

MORAES, F. M. V. **A Qualidade da Participação Popular no Desenvolvimento Urbano da ZEIS Ilha de Deus**. 2017. 202 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicações, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROLNIK, R. É Possível uma Política Urbana Contra a Exclusão? **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Ed. Cortês. n.72, ano XXIII. pp.53-61. Nov./2002.

SANTOS JUNIOR. O. A. A Produção Capitalista do Espaço e os Conflitos Urbanos. In: _____ JUNIOR. O. A. dos S; NOVAIS. R. P.; LACERDA. L.; WERNECK. M. **Políticas Públicas e Direito à Cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.11-15. 2017.

_____ A.; MÜLLER, C. (Orgs.) **Coleção Cartilhas de Direitos Humanos** - Volume VI - 1ª edição. Plataforma Dhesca Brasil: Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.mobilizacuritiba.org.br/files/2014/01/Cartilha-Direito-%C3%A0-Cidade-Plataforma-Dhesca.pdf> . Acesso em 30.11.17.

SCHONARDIE, E. F; BRANCO, A. V. L; BERTO D. C. Direito à Cidade como Instrumento de Efetivação dos Direitos Humanos. In: **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, 2013. P: 379-385. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8337> Acesso em 30.11.17.

VILELA. M.D.A. **Legislação que disciplina os Conselhos de Política Pública**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2005. p. 09. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema6/2005_740.pdf
Acesso em 29.06.2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aedes aegypti 203, 204, 205, 206
Amazônia boliviana 239, 240, 244
Análise bioenergética 207, 209, 211, 215, 217
Aprisionamento 141, 144
Autonomia social 10, 11, 21

B

Barbárie 72, 74, 75, 76, 79, 80

C

Cannabis sativa 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 237, 238
Cantiga de roda de capoeira 95, 97, 98, 100
Cinema 52, 61, 62, 63
Conhecimento 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 38, 43, 47, 48, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 72, 73, 74, 75, 78, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 93, 96, 97, 104, 113, 132, 133, 140, 152, 159, 181, 182, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 217, 256, 257, 259, 262, 263
Cultura 10, 12, 21, 24, 25, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 71, 78, 81, 88, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 124, 133, 135, 138, 142, 146, 175, 196, 202, 211, 216, 234, 239, 246, 259, 263

D

Darwin 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265
Democratização 124, 130, 132, 157, 257
Desempenho 175, 178, 180, 181, 182, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 262
Dialética 55, 56, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 160, 221
Dignidade 60, 109, 122, 153, 161, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237
Direito 23, 24, 27, 28, 51, 60, 61, 62, 63, 74, 93, 109, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 135, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 264
Direito à saúde 224, 225, 227, 228, 229, 230
Diversidade 25, 26, 47, 50, 53, 82, 104, 105, 110, 124, 130, 133, 139, 172, 174, 194, 260, 262

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 23, 38, 46, 49, 50, 74, 75, 76, 80, 81, 89, 92, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 114, 116, 118, 122, 123, 127, 130, 131, 132, 133, 139, 140, 155, 156, 161, 180, 181, 192, 193, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 237, 257, 259, 260, 264, 265, 266

Efeito autorreflexivo 51, 53

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 18, 19, 33, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 92, 102, 103, 104, 110, 111, 114, 135, 180, 181, 182, 183, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 206, 223, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Ensino de matemática 196, 201

Ensino virtual 1

Equidade racial 102, 103

F

Felicidade 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Feminismo 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 123

Ferramentas digitais 1, 3, 5

Filosofia 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 71, 73, 92, 94, 136, 140, 153, 161, 212, 216, 226, 237, 245, 264, 265

G

Gastronomia 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202

H

História 33, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 71, 76, 77, 78, 80, 88, 91, 92, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 125, 127, 136, 137, 138, 147, 150, 152, 153, 194, 195, 199, 213, 214, 240, 246, 249, 252, 257, 262, 263, 265, 266

I

Identidade 18, 25, 27, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 82, 88, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 147, 159, 174, 213, 239, 240, 242, 243, 244, 245

Igualdade de gêneros 116, 117, 119, 122, 127

Índigenas 24, 25, 26, 29, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 104, 184, 185, 211, 246

Interdisciplinaridade 194, 204, 206

Isonomia 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 127

L

Legalização 224, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 236, 237

M

Matrix 51, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 63, 102

Memórias 59, 92, 95, 96, 97, 106, 113, 133, 141, 146, 148

Memória social 141, 146, 147

Moradia 32, 103, 153, 154, 155, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 172, 176, 179

Mulheres 20, 32, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 145, 146

N

Negras 49, 82, 84, 87, 88, 89, 95, 96, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110

Negros 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 181, 184, 191

P

Paisagem cultural 239, 240, 242, 243, 244

Participação popular 149, 150, 155, 158, 159, 160, 161, 247, 253, 254

PIBID 203, 204

Pluralismo cultural 130, 131, 132, 133

Política externa 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Políticas públicas 23, 24, 25, 27, 31, 92, 113, 117, 118, 123, 124, 127, 128, 129, 143, 149, 150, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 164, 168, 178, 191, 210, 244, 249, 260

Progresso 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 125, 196

Projeto cariño 10

Q

Qualidade de vida 12, 118, 208, 222, 224, 225, 231, 234, 235

R

Raça 44, 46, 84, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 99, 100, 106, 114, 138, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191

Racismo 49, 84, 89, 102, 103, 105, 111, 112, 113, 114, 125

Regressão 72, 74, 75, 76, 79, 80, 156, 182, 187

Reiki 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223

Renda familiar 180, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191

S

SARESP 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192

Seringais 239, 240, 241, 242

Subjetividades 102, 104, 105, 106, 108, 113, 130, 131

Sujeito social 130, 131

Sustentabilidade 10, 11, 12, 19, 20, 21, 22, 173, 176

T

Teoria da evolução 256, 258, 262, 264

Toque terapêutico 207, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 218, 219, 220

Transformações sociais 1

Transitoriedades 130, 131, 139

Transversalidade 124, 203, 204, 205, 206

Tutela constitucional 116, 126

U

Urbanização 74, 149, 150, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 177, 178

V

Vale do Jequitinhonha 23

Virtude 5, 9, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 76, 77

CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação
para um conceito comum



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS HUMANAS:

**Uma nova interpretação
para um conceito comum**



www.arenaeditora.com.br



contato@arenaeditora.com.br



[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)



[facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

Atena
Editora

Ano 2021